



Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domicio Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rento Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/N.º

Curitiba, em 25 de maio de 1979.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a V. Ex.ª, que é a seguinte a representação da Bancada do MDB, para comporem a Comissão Especial de Deputados, para "in loco" conversar com os agricultores da Região de ITAIPU, a fim de averiguar ao certo, qual o preço pago, oferecido pela HIDRELÉTRICA ITAIPU, como indenização:

Titulares:

Deputado Nilton Friedrich

Deputado Gernote Kirinus

Deputado Fidelcino Tolentino.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.ª, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, na cidade de Curitiba, do Senhor CHIDEN KALIL SPHAIER, vítima de lamentável acidente automobilístico.

O extinto deixa viúva a Senhora Lúcia Pavao Kalil e os

seguintes filhos, Maria de Fátima Kalil, Rainha da Soja do Paraná de 1978, Maria da Graça Kalil e Paulo Kalil.

Requer ainda, seja dado conhecimento à família enlutada, da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1979.

(aa) FUAD NACLI e QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, seja encaminhada solicitação à Direção Geral do Banco do Estado do Paraná S/A., para que sejam desenvolvidos estudos objetivando instalação de agência do Banco do Estado do Paraná S/A., no Distrito de Diamante, Município de Matelândia (PR), face ser tal localidade de expressão urbana e rural, com destacado movimento econômico-financeiro, possuindo aproximadamente 12 mil habitantes, bem como distritos limítrofes, igualmente em franco progresso.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Além de ser distrito em crescimento visível, Diamante possui marcante agrupamento social, destacando-se pequenas e médias propriedades, com dedicação especial à agricultura, com cultivo de produtos alimentares, em especial.

Assim, pelas próprias características do distrito, bem como das áreas contíguas, um banco oficial como o Banco do Estado do Paraná S/A., teria amplas condições de atender aos interesses econômico-financeiros da região, bem como às intrínsecas preocupações sociais que uma agência bancária oficial há de nortear.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido ao Ex.º Sr. Secretário de Educação, no sentido de que sejam tomadas imediatas e urgentes medidas para efetuar o pagamento de aulas suplementares, aos Professores Suplementaristas que ainda não receberam nenhum pagamento no corrente exercício letivo.

Que da decisão comunique-se à Associação dos Professores do Paraná e ao Ex.º Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Na verdade, justificativa alguma pode ser apresentada para justificar o atraso de pagamento, principalmente quando a classe atingida é o magistério público. É de se lamentar, todavia a "estória" se repete: professores suplementaristas ainda não receberam um só centavo pelas aulas do corrente ano letivo, em que pese estarmos terminando o mês de maio.

Evidentemente que alguma coisa determinou o atraso.

Seja lá o que for, como sempre tem acontecido, não é isto o objetivo do requerimento. Busca-se é o pronto e efetivo pagamento aos Professores Suplementaristas que, como os da cidade de Palmas, atravessam sérias dificuldades pela total falta de recursos, tendo em vista que até o momento nada lhes foi pago pelas aulas lecionadas no corrente ano letivo. Além das preocupações inerentes ao atraso de vencimentos que coloca o cidadão em visível posição de constrangimento no seio de sua

comunidade — ao faltar com suas obrigações e compromissos financeiros, tal situação compele o mestre a rebuscar-se de outros recursos para manter e assegurar aos seus dependentes o mesmo padrão vivencial, e, em última análise, desgastado emocionalmente, o mestre não proporciona o mesmo rendimento que uma situação de normalidade propicia. Ademais, nem se indaga das causas que determinaram este atraso, porque injustificáveis. Longe de amenizar a situação, contribuiriam, mais ainda, para irritar o infeliz professor que culpa alguma tem, pelo emperro e dogmatizada omissão da burocracia oficial. Visa pois o requerimento, não buscar a causa do atraso ou as sempre existentes justificativas oficiais do atraso. Não. O objeto do pedido é a tomada imediata e urgente da ordem e do efetivo pagamento para ao estado de insolvência, humilhação e constrangimento a que se viram envolvidos os PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS, pelo abusivo e ilegal atraso de seus vencimentos. Ademais, se medidas enérgicas não se fizerem sentir, o episódio — infalivelmente servirá para deslustrar e corroer a imagem dos novos responsáveis pela educação estadual. Tem assim, como outro objetivo do pedido, o alerta às autoridades de ensino para que a solução não se faça tardar. Se o atraso é injustificado, a demora de atendimento ao presente pedido o é, mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Volto a ocupar esta tribuna para registrar um acontecimento da maior importância ocorrido em data de ontem na nossa cidade de Cascavel, que teve a honra de receber o diretor-presidente da CEASA-PR, Sr. Percy Ronald Blitzkov, e Sr. Wilson Luiz Sobania, diretor técnico-financeiro desta entidade que foram a Cascavel para acertarem os últimos detalhes para a operacionalização da Unidade de Abastecimento da nossa cidade.

Hoje entra em funcionamento, devendo movimentar inicialmente, cerca de 2.500.000 quilos de hortigranjeiros por mês para toda a região Oeste do Estado. A unidade vai agregar os produtores locais e firmas atacadistas com porte para atender a demanda diária destes produtos.

O Ceavel foi construído numa área de 20.000 metros quadrados, doado pela Prefeitura Municipal de Cascavel, representando um investimento na ordem de Cr\$ 12 milhões repassados à Empresa através do Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense, Prodopar.

A unidade possui uma área coberta de 3.170 metros quadrados, com 28 módulos para o setor atacadista e 60 módulos para uso dos produtores da região. Além de lanchonetes, sanitários e escritório para a administração, foi colocada uma sala à disposição do Café do Paraná para venda direta de insumos básicos para horticultura. A concentração do comércio atacadista em um local relativamente restrito permite um maior controle de mercado, eliminando o intermédio desnecessário, oferecendo maiores oportunidades de negócios e fazendo com que os produtos cheguem até a mesa dos consumidores, em menor espaço de tempo e a custos mais reduzidos.

Nesta oportunidade queríamos registrar, desta tribuna, o nosso agradecimento do povo de Cascavel a quem temos a honra de representar aqui nesta Casa a direção da CEASA-PR pela instalação da Unidade de Abastecimento em nossa cidade.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz, hoje, a esta tribuna, é a preocupação com as atividades estudantis em nossas universidades e escolas isoladas do ensino superior, em nosso Estado. A revogação dos Decretos-Leis 477 e 228 anunciada pelo Governo Federal que, efetivamente, já veio muito tarde, porquanto, de fato, já esta-

vam revogados pela luta estudantil das nossas universidades, não pode servir, apenas, de propaganda.

Os estudantes precisam, efetivamente, alcançar os benefícios que reclamam.

Quero, neste momento, alertar os Srs. Deputados para o seguinte fato:

Os Decretos 477 e 228 já estão incluídos nos regimentos internos e nos estatutos dos estabelecimentos de ensino superior, cerceando, completamente, a atividade dos estudantes.

A luta deve prosseguir, pois 50% dos brasileiros são jovens e constituem segmento importante de nossa população, esperança de um futuro melhor para o nosso País.

A revogação não pode ter um cunho inócuo e meramente propagandístico, permanecendo, de fato, as restrições à atividade estudantil. Quero fazer, neste momento, um apelo veemente às universidades e às instituições isoladas de ensino superior, em nosso Estado, para que reformulem, com a máxima urgência, os seus regimentos e estatutos, no sentido de adequá-los à nova situação.

A maioria das universidades incorporou, de forma integral, nos seus regimentos, os dispositivos daqueles decretos, draconianos e arbitrários, que agora foram ou estão sendo revogados. Nada mais justo e urgente que todas as instituições de ensino superior permitam aos seus alunos o debate dos problemas universitários e a mais ampla participação nas atividades estudantis.

Somente após a reforma dos estatutos e do Regimento Interno das instituições de ensino superior é que poderemos ficar tranquilos, tendo assegurada a participação efetiva dos estudantes na reconstrução nacional em todos os sentidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Lê): “Não há maior crime do que o mau político, que conspurca a alma e a mente do povo. Muito maior do que o ladrão. Muito maior do que o homicida. Pois este rouba a vida, ou algumas vidas, apenas; o ladrão agride o patrimônio de um ou de alguns de seus concidadãos. O político que mente, que seduz para tirar proveito próprio, que cuida dele e não do próximo, que se farta nos negócios administrativos, fere uma coletividade inteira, frustra as mais belas esperanças de um povo todo. Um dia isto não mais ocorrerá. Um dia esta República será outra, tendo um novo manto político a cobri-la e muitos nomes dignos a orientá-la. Um dia a política será a bela filha da moral e da razão. Dia virá que no Brasil a democracia será para todos, e não só para alguns.

Basta que o povo o queira.” (Fernando Ferrari).

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A data de hoje, pelo que representa, deveria ser comemorada em todos os cantos do país. É o “Dia do Trabalhador Rural”, instituído em homenagem a Fernando Ferrari, o maior defensor do homem do campo em todos os tempos. Talvez esta data esteja esquecida como esquecido está o trabalhador rural brasileiro. Mas foi exatamente há 16 anos que faleceu Fernando Ferrari, gaúcho nascido a 14 de junho de 1921, no interior do Município de Santa Maria.

Agricultor na juventude, conheceu de perto os problemas dos homens ligados à terra, tornando-se por isso um estudioso do problema agrário brasileiro, voltando, assim, às suas origens, ao contrário da maioria dos políticos brasileiros que esquecem-se de suas raízes humildes para fazerem a subserviência e defenderem os privilégios e os privilégios do poder.

Ainda na mocidade foi professor nas colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, onde pôde ver a deficiência educacional da classe trabalhadora e eternamente explorada. Saiu de sua região

para buscar o complemento: a Cultura. Formou-se em Direito, Contabilidade, Economia e Sociologia.

Ferrari — Senhor Presidente, Srs. Deputados — destacou-se desde cedo como um dos melhores jornalistas do país, principalmente porque analisava criticamente os problemas nacionais. São inúmeras as suas obras, que vieram a caracterizá-lo como um escritor voltado aos problemas sociais e econômicos do País.

Em 1946 elegeu-se Deputado Estadual pelo PTB gaúcho. Nesse seu primeiro mandato teve a missão de relatar o capítulo "Ordem Social e Econômica" da Constituição do Rio Grande do Sul, sem dúvida uma das mais adiantadas pelo seu aspecto social.

Em 1950 foi eleito Deputado Federal, pontificando desde logo como um intransigente defensor do nacionalismo, da agricultura e do trabalhador rural. Releveu-se em 54 e 58, dessa vez com uma das maiores votações da história política brasileira. Em 1962, releve-se novamente, com uma votação que só perdeu para o extraordinário número de votos dados a Leonel Brizola.

Parlamentar que legislou para todas as categorias profissionais, mas que teve no campo sua grande e decisiva vitória política. Sonhava com a reforma agrária, como único meio válido de integrar os nossos irmãos dos campos na economia nacional.

O atual Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4214, de 2-3-63) foi o resultado de pelo menos quatro projetos de Ferrari, com vitórias e derrotas, após uma luta sem tréguas e sem quartel, contra a reação conservadora aferrada em manter sua estrutura feudal nos campos brasileiros.

Essa conquista legislativa veio trazer para o homem do campo não só garantias legais já desfrutadas pelo trabalhador urbano, como o direito ao amparo previdenciário, com assistência à maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio-funeral.

Em 1960, Ferrari candidatou-se à Vice-Presidência da República, cujo programa defendia uma REPÚBLICA SOLIDARISTA, consubstanciada basicamente em: defesa da Petrobrás, defesa dos recursos naturais dos subsolos, amparo efetivo ao homem do campo, recuperação do Nordeste, disciplinação dos investimentos estrangeiros, bem como a restrição da remessa de lucros para o exterior, e, combate aos privilégios de toda ordem.

Na REPÚBLICA SOLIDARISTA que Fernando Ferrari pregava, "SOMENTE A ESCOLA E A CRIANÇA DEVERIAM TER PRIVILÉGIOS". Nessa jornada histórica Ferrari não cansava em dizer que "o nacionalismo, acima das diferenças sociais, políticas e ideológicas, constitui a grande trincheira de defesa, onde os brasileiros cerram fileiras na luta contra o subdesenvolvimento".

No entanto, Fernando Ferrari não alcançou a vitória, pois não aceitava apoio de oligarquias nacionais, muito menos de grupos estrangeiros. Ao contrário, fez a Campanha das "Mãos Limpas", combatendo a corrupção eleitoral, que desgraçadamente continua a existir na política brasileira. A propósito uma das máximas de Ferrari era: "Ai desses que sujam o coração na busca do instrumento político, dele fazendo uso para seu gozo e lucro..."

Mas Fernando Ferrari morreu quando, em avião, se dirigia ao município gaúcho de Torres, para falar do Estatuto do Trabalhador Rural. Estatuto que para ele seria apenas a primeira etapa no rumo de uma efetiva, autêntica, democrática e cristã Reforma Agrária, pois chegava a afirmar que a Reforma Agrária "soava como a hora de libertarmos os modernos escravos da miséria rural".

Para traçar o perfil de Ferrari, busquemos nas linhas desse isento escritor que, mesmo falecido, é admirado por todos os

brasileiros, Érico Veríssimo. Ao prefaciar-lhe o livro "Escravos da Terra" escreveu Érico Veríssimo: "Havia no caráter de Fernando Ferrari traços que comoviam, com sua capacidade de otimismo e de sacrifício e também uma certa candura, no sentido mais puro desta palavra. Era o jovem líder dotado de uma serena coragem apostólica que nada tem a ver com bravatas, cargas de cavalaria e patas de cavalo. Em suas pregações cívicas e políticas jamais recorreu, que eu saiba, à ameaça. Mantinha, isso sim, uma admirável fidelidade ao seu pensamento e aos seus sentimentos cristãos. Num país em que a corrupção campeia e quase vai se transformando em norma, Fernando Ferrari era um dos poucos homens que podem permitir sem medo uma devassa na sua vida privada. Viveu pobre e morreu pobre."

Opinião de Érico Veríssimo sobre Fernando Ferrari."

E Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós tínhamos treze anos de idade, ainda no Rio Grande do Sul, foi pregando cartazes da campanha das mãos limpas de Ferrari, que nós aprendemos a iniciar a política partidária. E por isso, a homenagem a este homem que, pela sua morte, acabou recebendo este dia como o Dia do Trabalhador Rural Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado às lideranças, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta semana, as lideranças do MDB dedicaram especialmente aos estudantes e à UNE.

Nos dias 29 e 30 de maio, representantes universitários de todo o País estarão reunidos em Salvador, no Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Uma entidade que teve sua história vinculada aos fatos mais importantes da vida nacional e que foi posta na ilegalidade pelo regime porque representava uma fonte contínua de resistência ao arbítrio e à violência política que o povo brasileiro e suas instituições conheceram nestes 15 anos de obscurantismo.

A UNE volta a existir neste momento em que as forças populares acumulam vitórias e transformam em letra morta os decretos e leis que nos foram impostos pela força. Sintoma mais claro deste processo está na atitude daqueles que sempre se colocaram em defesa do Estado de exceção e se apresentam agora patronos das conquistas democráticas realizadas pelo povo. Numa tentativa de sobreviver à derrota que o povo vem impondo ao regime.

Enquanto o Governo procura se recompor através de medidas enganosas como o projeto de lei que substitui o Decreto 477, que prevê apenas a organização de diretórios acadêmicos e diretórios centrais, no âmbito das universidades e federações de escolas superiores, os estudantes reorganizam a UNE, uma entidade viva, que renasce com uma representatividade conquistada nas assembleias, nas lutas travadas nas escolas, nas assembleias por Estado e nos encontros preparatórios. Renasce recuperando a memória de sua tradição na luta pelos interesses populares e nacionais.

A história da UNE, Srs., se confunde com a das lutas políticas, das lutas populares e democráticas, travadas pelo povo brasileiro. O próprio nascimento da entidade se deu em 1937, numa conjuntura muito especial, marcada pelo crescimento das universidades brasileiras, o crescimento do número de estudantes e a decorrente necessidade de uma representatividade para esta nova força que estava se organizando e lutava por uma nova universidade. Em 1938, no segundo Congresso, a UNE já postulava por um tipo de universidade voltada para os problemas fundamentais do País, uma universidade sedimentada na liberdade, onde os estudantes tivessem participações nos níveis deliberativos.

Aquela era uma conjuntura que tinha semelhanças com a que vivemos hoje. A UNE surgiu em meio às lutas travadas pelo povo brasileiro contra o Estado Novo, contra o nazi-fascismo,

na campanha pela anistia e nas campanhas nacionalistas.

Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a entidade defendeu posições anti-facistas e a formação da Força Expedicionária. Em 1945, incorporou-se à luta pela anistia e pela redemocratização, realizando vários comícios. Num desses comícios a polícia matou, com um tiro na testa, o estudante Demócrito de Souza Filho.

De 1947 a 1950, a UNE lançou-se na campanha em defesa dos interesses nacionais ameaçados. São dessa época as campanhas "o petróleo é nosso", a campanha pela expulsão dos americanos do Nordeste, a campanha contra a internacionalização de alguns trustes.

Na década de 1950, participou ativamente da luta contra a penetração do capital estrangeiro no País. Uma luta que todos os brasileiros perderam. Ganharam apenas aqueles que se locupletaram com a entrega de nossas riquezas.

No período dos anos 60, marcado por grandes manifestações de massa, em que a sociedade brasileira se mexeu, se desenvolveu, se posicionou de maneira massiva, a UNE estava presente junto com a Confederação Geral dos Trabalhadores e com os grandes sindicatos representando a voz do estudante no âmbito não só da Universidade mas também das lutas gerais que o povo vinha travando.

A greve de 1/3 é exemplar. Durante quarenta dias os estudantes estiveram em greve reivindicando voz e voto com o poder de 1/3 nos órgãos colegiados para deliberar junto com os professores e funcionários sobre a Universidade. Uma reivindicação justa e que até hoje não foi atendida.

O movimento militar de 1964 tratou a UNE como caso de polícia. Fechou a entidade e perseguiu seus representantes. A sede foi incendiada. Mas a UNE não morreu. Mesmo posta na ilegalidade ela sobreviveu abertamente por força de sua representatividade. Prova disso é que o governo, em 1965, quando era Ministro da Educação o paranaense Flávio Suplicy de Lacerda, criou as entidades pelegas para substituir a UNE e as Uniões estudantis dos estudantes. Pois bem, a UNE continuou a existir e os diretórios do Sr. Suplicy nunca obtiveram representatividade nas bases estudantis.

Em 1966, a UNE denunciou o acordo MEC-USAID, o relatório Atcon e as propostas de transformar as universidades brasileiras em fundações geridas pelas empresas estrangeiras instaladas no País. Decretou também o boicote da taxa de Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros) nas universidades públicas. Uma tentativa do regime de instalar anuidades simbólicas que passariam por um processo evolutivo até eliminar o ensino público e gratuito. Essa campanha contra as anuidades, por mais vagas e mais verbas foi vitoriosa.

E veio o 12 de outubro de 1968, quando a repressão policial desenfreada prendeu novecentos delegados ao seu trigésimo congresso. Uma repressão logo que se expandiu por todas as universidades brasileiras, prendendo, espancando, eliminando líderes universitários.

Mesmo assim, a UNE sobreviveu. E nos dois anos seguintes ainda desenvolveu lutas importantes, como quando do episódio da expulsão dos professores universitários que representavam uma inteligência crítica que o regime não podia admitir.

Dessas lutas surgiram lideranças que hoje despontam no cenário político atual. O Presidente Nacional do MDB, Ulisses Guimarães, foi vice-Presidente da UNE. Os ex-Governadores de São Paulo, Abreu Sodré e Paulo Egydio Martins também participaram da direção da entidade.

Tantas outras poderiam estar hoje dando sua contribuição maior, mas foram podados pelo arbítrio. Genival Guimarães, em cuja gestão foi lançada a campanha pelo petróleo. Aldo Arantes, hoje encarcerado no presídio político de Barro Branco, em São Paulo. Vinícios Caldeira Branft, hoje pesquisador do CEBRAP, José Serra, último Presidente da UNE legal. José

Moreira Guedes, eleito clandestinamente em 1966 e hoje no exílio. Luiz Travassos, eleito em 1967, também no exílio. E Honestino Guimarães, último presidente da UNE, "desaparecido" desde 1970 depois de perseguido incansavelmente pelo regime militar."

Como se vê...

O Sr. Fiori Luiz -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) -- Deputado Nestor Baptista, a queda do 477 e do 228 não deve realmente iludir ninguém. Porque as novas determinações através das Mensagens, enviadas pelo Presidente ao Congresso, essas novas determinações serão bem mais agudas e vão cercear muito mais o livre direito de expressão e de ação dos nossos estudantes.

Entendo que apenas trocaram o queijo da ratoeira, porque, pelo que nós pudemos acompanhar, alunos de 1.^o e 2.^o graus não puderam concorrer às Presidências dos Diretórios, apenas os docentes.

Ora, só os docentes professores terão o privilégio de concorrer à Presidência dos Diretórios. Estudante é estudante, professor é professor, e, via de regra o professor lê pela cartilha daqueles que são chefes da opressão e do arbítrio.

Nada mudou, nem mesmo essa pseudo-abertura que o Governador da Bahia está querendo dar para esse Congresso da UNE, não dá para iludir ninguém, não dá. Porque o ferrão vai ser muito pior depois do 477 e do 228.

É porisso que a classe estudantil brasileira não pode se iludir com a queda do 477, de forma alguma, como não vamos nos iludir com a queda do AI-5, que estão aí as salvaguardas, muito piores do que o AI-5.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA -- O aparte do nobre Deputado engrandece este humilde pronunciamento.

Muito obrigado, nobre Deputado.

(Continua lendo): "Como se vê, a União Nacional dos Estudantes, em todo o período de sua existência deu contribuições decisivas em defesa dos interesses democráticos, populares e nacionais. E é justo e legítimo que a entidade representativa dos estudantes ressurgir das cinzas da repressão neste momento em que todos os setores da sociedade brasileira se organizam para discutir seu rumo e lutam contra o estado de coisas reinantes no País ao longo desses quinze anos.

Neste momento de crescimento da luta política é importante e necessário que os estudantes brasileiros tenham a sua entidade. Mesmo porque, nesse período, mudou muito a realidade social, econômica e política dos estudantes brasileiros e eles têm reivindicações concretas a fazer. Algumas remontam de um período muito antigo, que dizem respeito à democratização da universidade e a sua transformação de forma a que venha servir realmente aos interesses da maioria do povo brasileiro.

Só aqueles que estão atrelados às desterminações do regime e seus beneficiários podem ser contra a reorganização da UNE.

Só aqueles que desprezam a tradição de uma luta pelos interesses nacionais, contra o capital estrangeiro que domina o País, podem ser contra a reorganização da entidade que marcou sua história pela participação efetiva nas campanhas nacionalistas.

Só aqueles que temem a perda de privilégios conquistados pelo apoio e o arbítrio e -a violência podem ser contra a União Nacional dos Estudantes.

Nós, do MDB, vemos com satisfação a realização do Congresso de Salvador, onde estarão presentes dois mil delegados representantes de quatrocentas escolas universitárias, discutindo o papel do estudante na realidade brasileira atual.

Acreditamos que a democracia se constrói assim, com a reunião e participação de todos discutindo e propondo suas soluções.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) – Agradeço o aparte meu caro Deputado Nestor Baptista. Gostaria de dizer que Vossa Excelência com o respeito que me merece, e outros Deputados da Oposição nesta Casa, que de minha parte merecem o mesmo respeito, têm tentado negar evidências que são claras que são paupáveis, que estão ao alcance dos observadores menos argutos, porque uma análise fria, honesta, com bom senso, vai nos indicar inevitavelmente o caminho da abertura democrática que nós estamos vivendo nos dias de hoje.

Já ouvimos várias condenações à decisão do Governo, encaminhando mensagem ao Congresso Nacional, propondo a extinção dos Decretos-lei 477 e 228, como se esta extinção não tivesse nenhum significado para o estudante brasileiro; como se esta extinção não significasse a liberdade, no mínimo psicológica do estudante, para exercer a prática política que eu defendo ostensivamente, por entender que a Universidade como um manancial de formação para os quadros político-partidários neste País.

E não se pode negar até pela própria franquia clara e indiscutível que se dá para organização de um congresso de estudantes, em Salvador.

Não se pode negar que se vive uma atmosfera de liberdade, não se pode negar que, implicitamente, se reconhece a importância da participação do estudante na vida nacional.

E este entendimento, honesto sobretudo, isento e imparcial, gostaria que tivessem também os homens da Oposição que criticaram tanto, que reclamaram tanto e que, ao momento em que nos libertamos de dois estatutos legais que estavam a impedir a participação espontânea do estudante na vida política, neste momento, todos devemos exaltar a decisão do Governo. Como, aliás, faz bem o Senador Paulo Brossard, com grandeza de atitude política.

E nobre Deputado Nestor Baptista, que vivemos uma geração que sofreu as consequências da exceção, devemos saber valorizar, neste momento, abertura que se confere aos jovens deste País. E devemos, com as responsabilidades de um mandato popular, procurar ajudar o estudante a encontrar o caminho que ele perdeu, da sua vontade, da sua autonomia, da sua liberdade de dizer o que pensa, sem tentar induzi-lo a trilhar o outro caminho que não seja aquele que convenha, realmente, à normalidade democrática.

Temo, Deputado Nestor Baptista, que essas atitudes da Oposição possam, inclusive, perturbar a mente do estudante brasileiro nesta hora, e possam, ao perturbar a mente desse estudante, determinar um comportamento que seja negativo na hora em que devemos abraçar, com esforço realmente, com grandeza de atitude, devemos abraçar as causas das liberdades que estamos encontrando.

Recuso-me a aceitar a tese de que a extinção do 477 e 228 nada significa para a vida política nacional. Tem um significado muito grande, como tem um significado enorme as greves que são realizadas em todo o Brasil, hoje. E aí estão os jornalistas, arautos da informação, em greve, em São Paulo.

Isso é liberdade!

Não tínhamos isso há pouco tempo. E se temos hoje vamos saber aproveitar esse momento, com sinceridade, para que possamos, realmente contribuir, não para impedir que outras conquistas sejam por nós materializadas.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e apelo a Vossa Excelência, jovem como é, para que se integre neste espírito de construção de uma democracia que convenha a todos nós, não a uma minoria radical que não se curva diante dos fatos concretos, como o apontado agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa informa ao nobre Deputado que lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. NESTOR BAPTISTA – Concluirei, agradecendo o aparte que o nobre Deputado Airton Cordeiro me ofereceu, que sempre o faz com raro brilhantismo e inteligência.

Mas, devo discordar, Sr. Deputado, porque não estamos tentando conturbar a mente dos estudantes. Estamos apenas tentando evitar a lavagem cerebral implantada há quinze anos.

E as greves é porque o Governo, hoje, se julga impotente para conter a força do povo brasileiro que é insofismável.

Daí o objetivo que temos na explanação feita hoje, especialmente dirigida ao estudante, mas também a esse povo que está cansado de apanhar e está reagindo.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

A Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. Siloé Nunes Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, indicando os membros que comporão a Comissão Especial, para "in-loco" conversar com os agricultores da região de Itaipu, a fim de averiguar ao certo, qual o preço pago oferecido pela Hidrelétrica Itaipu, como indenização. – Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 06/78, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 6/78

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE MARINGÁ, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 64/78, que cria no Município de MARIA HELENA, o Distrito Administrativo de Carbonera, cuja sede e divisas específica. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 64/78

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criado no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com as seguintes divisas:

-- Começa na rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama, no ponto de início do perímetro divisor dos terrenos do Núcleo Serra dos Dourados com os terrenos do imóvel Ivaí; seguindo por este perímetro em linha reta, até encontrar a rodovia que interliga a sede do Município de Maria Helena à sede do Distrito de Douradina, no mesmo Município; daí, seguindo por esta rodovia, até encontrar o ponto de início do perímetro Fazenda Alvorada; seguindo por este perímetro (cruzando com a rodovia municipal que interliga a sede do Distrito de Carbonera ao Patrimônio Vila Formosa) até o

Patrimônio São Joao da Boa Vista, no ponto em que o mesmo perimetro encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; seguindo por esta rodovia, passando pelo Patrimônio Alto Alegre até o Patrimônio Três Placas, no ponto em que a mesma rodovia encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; daí, seguindo por esta, até o ponto de partida.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 124/78, que declara de utilidade pública o Instituto Santo Antônio do Bem Estar ao Menor - ISABEM, com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 124/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO SANTO ANTÔNIO DO BEM-ESTAR AO MENOR - ISABEM, com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 153/78, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther - ASSEAMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 153/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL MARTIN LUTHER - ASSEAMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 168/78, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Palotina. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 168/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - S.O.S., com sede e foro na cidade de Palotina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 04/79, que cria no Município de Terra Rica, o Distrito Administrativo de Ademir de Barros, cuja sede e divisas especifica. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 04/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado, no Município de Terra Rica, o Distrito Administrativo de Ademir de Barros, com as divisas seguintes:

- Inicia no rio Paranapanema, do lado esquerdo, subindo ao lado esquerdo do Rio Guairacá, até alcançar a estrada OP-202, daí deflete à direita pela estrada OP-202, até alcançar a estrada OP-106, até chegar à estrada Nova Londrina a Guairacá, daí descendo pela margem direita do Rio Quati, até chegar a barranca do Rio Corvo, daí continua até a margem direita do Ribeirão do Corvo, até chegar no Rio Paranapanema; daí deflete à direita subindo o Rio Paranapanema, até chegar ao ponto de partida.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 08/79, que solicita autorização para reverter ao patrimônio do Município de Francisco Beltrão, mediante doação, imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 08/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao patrimônio do Município de Francisco Beltrão, mediante doação, o lote n.º 16 da quadra n.º 177, do patrimônio de Francisco Beltrão, da Colônia das Missões - 2a. parte - 1a. Seção, Município e Comarca de Francisco Beltrão, contendo a área de 924,59 m2, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 09, do Livro n.º 3 de Transcrição das Transmissões às fls. 3.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 11/79, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC, com sede no Município de Assis Chateaubriand. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 11/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.
(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 15/79, que solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de CAMBÉ, e que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 15/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a revogar a doação recebida da área de terras com 3.000,00 m2, destacada do lote de terras n.º 10-A (dez-A), da Gleba Patrimônio de Cambé, situada no Município de Cambé, transcrita no Registro de Imóveis sob n.º 4.438 às fls 95, do Livro 3-H e que se destinava para o fim exclusivo de edificação de um Grupo Escolar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 22/79, que declara de utilidade pública o MIS — MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE Balsa Nova, com sede na cidade de Balsa Nova. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 22/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o MIS — MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE Balsa Nova, com sede na cidade de Balsa Nova.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36/79, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 36/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matelândia o imóvel de propriedade do Estado, constituído do lote de terras urbano número 10 (dez), da quadra n.º 58 (cinquenta e oito), com a área de 2.700m2 (dois mil e setecentos metros quadrados), com frente para a Avenida Borges de Medeiros, medindo 45ms.; de um lado, com a Avenida Dalcanale, medindo 60ms. da frente aos fundos; de outro lado com partes restantes dos lotes n.º 6 e 9, da mesma quadra, medindo 60 ms. da frente aos fundos; e aos fundos com os lotes n.º 3 e 4, da mesma quadra, medindo 45 ms.; -Lote de terras urbano n.º 4 (quatro), da mesma quadra n.º 58 (cinquenta e oito), com a área de 800,00m2 (oitocentos metros quadrados), com frente para a Avenida Paraná, medindo 20 m2.; de um lado, com a Avenida Dalcanale, medindo 40 ms. da frente aos fundos; de outro lado, com o lote n.º 3, medindo 40 ms. da frente aos fundos; e aos fundos com o lote n.º 6, medindo 20 ms.; ambos os imóveis, estão situados no perímetro urbano de Matelândia, nesta Comarca, sem benfeitorias, registrado sob o n.º 13.238, das fls 01/2, do Livro 3-M, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do

Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 40/79, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE ORTODONTIA, com sede e foro na cidade de Curitiba. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 40/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE ORTODONTIA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a instalação de agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Diamante, Município de Matelândia. — Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Chiden Kalil Sphaier, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam tomadas medidas para efetuar o pagamento de aulas suplementares, aos Professores Suplementaristas que ainda não receberam no corrente exercício. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, consubstanciado em pedido de informações, sobre o número de Carteiras de Habilitação expedidas, por CIRETRAN do Estado nos últimos cinco anos. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 25, 32 e 38/79.
1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 31, 44 e 16/79.
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 62/79.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Tuguio Setogutte
VICE-PRESIDENTE: Waldyr Pugliesi
MEMBROS EFETIVOS: Palácios
David Federmann
Paulo Camargo
Edilson Alencar
Trajano Bastos

Wilson Fortes
Jurandir Messias
Lêonidas Chaves
Gilberto Carvalho
Gernote Kirinus
Fiori Luiz
Darcy Deitos

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ezequias Losso
VICE-PRESIDENTE: Renato Bernardi
MEMBROS EFETIVOS: Augusto Carneiro
Leônidas Carneiro
David Federmann
Del Ciel
Fidelcino Tolentino

José Domingos
Werner Wanderer
Gabriel Manoel
Luiz Alberto de Oliveira
Nestor Baptista
Antônio Facci
Nelton Friedrich

SECRETÁRIO: Lélío Guimarães Sotto Maior
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Francisco Escorsin
VICE-PRESIDENTE: Darcy Deitos
MEMBROS EFETIVOS: Aguinaldo Pereira Lima
David Federmann
Egon Pudeli
Antônio Facci
Lineu Turra

Augusto Carneiro
Ezequias Losso
Quielse Crisóstomo
Dácio Leonel
Gernote Kirinus
Carlos Zanlorenzi
Del Ciel

SECRETÁRIO: Euménia de Oliveira
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Adalberto Daros

VICE-PRESIDENTE: Dácio Leonel
MEMBROS EFETIVOS: Pinto Dias
Tuguio Setogutte
Leônidas Chaves
Mário Celso
Edilson Alencar

Airton Cordeiro
Gabriel Manoel
Palácios
João Elísio
Tadeu Lúcio Machado
Waldyr Pugliesi
José Tavares

SECRETÁRIO: Cléia Carneiro Teixeira
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PRESIDENTE: Wilson Fortes
VICE-PRESIDENTE: Adalberto Daros
MEMBROS EFETIVOS: Jurandir Messias
Gabriel Manoel
Fidelcino Tolentino
Gilberto Carvalho
José Tavares

Tuguio Setogutte
Palácios
David Federmann
Paulo Camargo
Nelton Friedrich
Nestor Baptista
Waldyr Pugliesi

SECRETÁRIO: Osmar Luiz Delagassa Passos
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: Renato Bernardi
VICE-PRESIDENTE: Ezequias Losso
MEMBROS EFETIVOS: Quielse Crisóstomo
Lázaro Dumont
José Domingos
Deni Schwartz
Gernote Kirinus

Wilson Fortes
Jurandir Messias
Gilberto Carvalho
Paulo Camargo
Trajano Bastos
Romero Filho
Darcy Deitos

SECRETÁRIO: Myrthes Magda Gomes
REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria.

Divisão das Comissões, março de 1979.

(a) MANOEL AGUIAR FILHO
Chefe de Divisão